

## **RESENHA: UMA IDÉIA DE PESQUISA EDUCACIONAL ou um oásis no deserto.**

Da tese de livre-docência de José Mário Pires Azanha.  
São Paulo: USP, Faculdade de Educação, 1990, 142 p.

**Emília Maria MENDONÇA DE MORAIS** (\*)

A tese de livre-docência de José Mário Pires Azanha não é um ensaio prolixo. São poucas páginas, em se tratando de um trabalho acadêmico, mas cada parágrafo ou período, permeados ou não de citações sempre oportunas, instiga a pensar e requer a apreensão do sentido preciso de cada frase ou palavra. Os mais ou menos atingidos, que tenham a grandeza de reconhecer e aceitar: não se lê José Mário inconseqüente ou impunemente.

Seu trabalho é de uma qualidade excepcional; não apenas porque nada tem a dever às melhores teses defendidas em ciências humanas, fato notável, dado o nível quase sempre sofrível da produção dos textos pedagógicos, mas sobretudo por revelar-se um raro exemplo de construção teórica, mesmo considerando os melhores ensaios sobre questões de método em ciências humanas e filosofia. Aos professores e alunos dos cursos de pedagogia, que se referem ao "pensamento crítico" ou à "reflexão crítica" sem maiores preocupações de definir um conteúdo mais preciso para essas expressões ou menos subordinado a inabaladas convicções ideológicas, nada melhor a recomendar do que a leitura deste trabalho.

Ao discutir o seu objeto, o autor resgata não apenas as idéias de uma bibliografia básica mas também avança até as idéias de uma bibliografia "de ponta" em ciências humanas e filosofia da ciência; José Mário Azanha faz a revisão tanto do que no passado constitui o essencial, como do que no presente é o melhor, introduzindo as questões mais atuais no debate pedagógico. Associando os problemas da pesquisa

---

(\*) Professora Adjunta do Departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

histórica em educação ou em ciências humanas, às discussões mais específicas da filosofia da ciência, José Mário Azanha rompe com uma barreira que permanece quase como um tabu nos centros de filosofia e ciências humanas - trata-se da ausência de diálogo entre os porta-vozes de suas principais correntes: os que identificam o ontológico ao histórico e os que identificam o ontológico ao lógico. Assim, num esforço provavelmente pioneiro no meio acadêmico brasileiro, afronta um dos maiores impasses do pensamento filosófico contemporâneo: a "cisão" entre as suas mais importantes tradições, a kantiana e a hegeliana; ou seja, de um lado, os que privilegiam a particularidade e a diferença, de outro, os que privilegiam a totalidade e a contradição. No flanco mais próximo à "esquerda", estariam os historiadores da filosofia, os filósofos da história, os filósofos e cientistas políticos e sociais mais voltados ou menos avessos às análises dialéticas, existenciais, éticas ou estéticas; no flanco mais próximo à "direita", estariam os historiadores da ciência, os epistemólogos, os lógicos e os cientistas sociais mais preocupados com o rigor metodológico, as questões de linguagem ou as análises estruturais.

Alguns poucos têm-se mostrado capazes de escapar dessa estreita e estéril dicotomia intelectual, tão nefasta ao meio acadêmico e, não raro, a ponto de fomentar e nutrir incompatibilidades pessoais. José Mário Azanha é um desses poucos. Em sua longa atividade pedagógica, concebeu uma idéia original, não sobre as mais abstratas ou abstrusas questões filosóficas, mas sobre um tema considerado menor ou marginal para muitos filósofos de cátedra; construiu pontes, articulou problemas e questões, interligando dificuldades nos domínios onde tantos, ainda hoje, preferem separar, dividir, compartimentar. Nesse sentido, este trabalho, em que os temas da pesquisa social são examinados sempre à luz de uma concepção geral e histórica dos pressupostos teóricos e parâmetros empíricos dos métodos e práticas científicas, faz-se testemunho de uma inteligência e formação incomum em nossas hostes universitárias; e impõe-se como leitura imperdível a todos os pesquisadores de filosofia e ciências humanas, insatisfeitos com surdos monólogos, ou ansiosos pela construção de um efetivo diálogo entre os que divergem em suas opções metodológicas.

Tentemos acompanhar o percurso do nosso autor. Pode-se dividir a sua tese em três partes. A primeira, preponderantemente crítica, circunscrita aos dois capítulos iniciais, contém um atento diagnóstico dos sintomas que entravam o desenvolvimento da pesquisa educacional no Brasil; embora quase sempre associada à procura de resultados práticos ou de análises concretas, ora o menosprezo das teorias, ora a demasiada generalização dos objetos focalizados, ou seja, vícios empiricistas de um lado, vezos abstratos de outro, têm reduzido as suas

conclusões à trivialidade e à irrelevância. A segunda, constituída pelos três capítulos subseqüentes, sem o abandono da crítica, adquire um caráter mais prescritivo, não porque se prenda a normas metodológicas, mas porque visa à defesa e à justificação do estudo do cotidiano (ou do dia-a-dia escolar), abordando esse tema em suas implicações e dificuldades mais gerais no contorno das ciências humanas. E uma terceira parte, mais desenvolvida no último capítulo, que poderíamos chamar de descritiva, ou explicativa das impossibilidades para o estabelecimento "a priori" de critérios e regras definidas visando ao eficaz exercício da prática científica.

Prossigamos, então, por partes. Fazendo objeções à tradição positivista, pela marca homogênea e abstrata que imprime ao saber científico e por sua pretensão à neutralidade axiológica, como se fosse possível uma teoria universal não comprometida com uma idéia específica de ciência, José Mário Azanha põe em relevo as limitações da pesquisa educacional, quando reduzida a um míope apego às teias do concreto, ou presa a infundáveis coletas e classificação dos fatos e à procura de suas múltiplas correlações. As recusas à teorização ou a ênfase no papel instrumental da ciência, e nos seus resultados mais imediatos, envolve as inter-relações entre ciência e tecnologia. Para a análise dessa questão, nosso autor remonta às suas origens na modernidade, evocando a obra e o pensamento de Francis Bacon e suas persistentes influências no debate científico contemporâneo.

Descartadas as concepções simplistas que identificam tecnologia à ciência aplicada ou não enxergam um objetivo maior para a ciência, além da mera produção de tecnologia, a discussão se orienta para a disseminada crença de que a meta suprema da ciência seria o domínio da natureza. O "poder" inerente ao conhecimento científico, advindo não só da sua capacidade de explicação, mas sobretudo da sua possibilidade de previsão ou até de intervenção sobre os fenômenos naturais, pressuporia, por conseguinte, "*um relacionamento essencial e invariante entre ciência e tecnologia*" (p.18). São indicadas as duas falhas, uma epistemológica, a outra histórica, dessa visão instrumental estrita: nem sempre, na história da ciência, o par explicação-predição esteve associado, e nem sempre, na história da humanidade, a tecnologia decorreu de um saber científico mas tão só de um saber empírico, como ocorreu no mundo antigo e medieval. O primeiro capítulo trata ainda da influência do baconismo em educação, presente desde a obra de Comênio, e um interessante paralelo é delineado entre algumas passagens do **Novum Organum** e da **Didática Magna**. Para Bacon ou Comênio, a eficácia da ciência ou da educação estaria diretamente relacionada à adequada aplicação de um método e é sobre essa questão crucial que vão incidir as posteriores e mais incisivas reflexões de José Mário Azanha.

O segundo capítulo contém uma instigante revisão crítica da produção mais recente, no Brasil, de ensaios pedagógicos filiados ao materialismo histórico, por suas generalizações superficiais porque excessivamente abstratas, por seus conteúdos inconsistentes ou resultados pouco significativos. O que José Mário chama de “abstracionismo pedagógico” não é senão a consequência do mau uso ou dos abusos e vulgarizações de um impreciso método dialético. Desde já fique claro que não estamos diante de um adepto da voga neo—liberal, pois nenhum anti-marxismo primário ou secundário permeia a pertinente crítica de José Mário Azanha. O que está em causa é a carência de exame das particularidades do concreto/histórico, além da fastidiosa repetição de princípios abstratos esvaziando de todo conteúdo o conceito de totalidade.

Autores “idealistas” como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo e autores “materialistas” como Bárbara Freitag e Dermeval Saviani permanecem unidos por um mesmo estigma teórico: o discurso abstrato sobre a realidade educacional brasileira. Diante das “deduções” de B. Freitag, em **Escola, Estado e Sociedade**, sobre a escola enquanto “reprodutora da ideologia, ou seja, da concepção do mundo da classe dominante”, diante pois dessa constatação do óbvio, pergunta o nosso autor: “*o que permitiria identificar a escola brasileira num dado momento histórico, distinguindo-a da escola boliviana ou da francesa ou de outras tantas?*” (pp.29-30). E, dentre as várias críticas às imprecisões de D. Saviani, a mais contundente refere-se à má assimilação ou ao mau uso do conceito de “contradição”, em **Do senso comum à consciência filosófica**, que parece não levar em conta o princípio de não contradição, vigente desde a lógica aristotélica até a lógica formal e nunca posto em dúvida por Marx ou nenhum dos seus mais ilustres seguidores (pp.31-36). Com a coragem e lucidez que aponta dos deslizes desses autores consagrados nos meios pedagógicos, acautela-nos José Mário quanto à divisão de uma retórica acadêmica ou dos jargões de uma contestação empobrecida, fomentando não o efetivo “*estudo da educação a partir de uma teoria mais antes um jogo verbal que é a própria contrafação da respeitável perspectiva teórica de que se pretende partir*” (p.34). Se nenhuma teoria pode prescindir de idéias abstratas, nenhuma investigação empírica (particular) deve se propor a apenas configurar princípios teóricos (gerais) pois, mesmo na mecânica newtoniana, uma lei ou princípio geral “*não descreve nem explica nenhuma ocorrência física singular, mas pode ser fundamento para a obtenção de eventuais descrições e explicações em casos concretos. O abstracionismo tem a sua origem na incompreensão dessa banalidade epistemológica*” (p.39).

A segunda parte propõe, no âmbito mesmo do marxismo, uma alternativa ao desconhecimentos dos problemas pedagógicos concretos, a partir da obra pioneira de Henri Lefebvre, da **Estética** de Georg Lukács e dos ensaios sociológicos de Agnes Heller. A retomada da análi-

se histórica da educação se daria, então, pela investigação dos "pequenos episódios" ou dos fatos "sans prestige" que constituem o "território indevassado" do cotidiano escolar. A importância da vida cotidiana, encoberta pela cortina da monotonia e da repetição, é ressaltada enquanto centro de toda a atividade humana e, por isso mesmo, palco das possíveis e progressivas revelações do social. De acordo com A. Heller, escreve o nosso autor: *"por maior que seja a espiritualidade ou a elevação de um feito humano (no sentido de que ele não seja motivado por interesses imediatos e particulares), mesmo assim, ele é algo que pertence ao agir e produzir de homens concretos imersos - ainda que eventualmente não submergidos - no seu dia-a-dia. A própria ação insólita de um grande gesto heróico, por exemplo, só é julgada assim contra o pano de fundo incolor da cotidianidade"* (p.46). Se a cotidianidade é a balança que confere a densidade ou o peso das ações humanas é porque ela é "a própria condição humana fundamental" e, por isso mesmo, o seu estudo *"representa uma possibilidade de ser o ponto de partida para a fundação de uma ciência do homem"* (p.48). É de se estranhar, portanto, como assinala José Mário, que o estudo do cotidiano tenha se constituído tardiamente um objeto relevante para os pensadores filiados à tradição marxista, dado que a importância dos pequenos gestos ou indícios, do pensamento ou da linguagem comum foi reconhecida bem antes pelas teorias psicanalíticas, pelas sociologias tributárias de Weber ou de Husserl e pela filosofia de Wittgenstein.

Se não é suficiente apenas postular a importância do cotidiano, cumpre demarcar as suas dificuldades conceituais e questões centrais, desafio que José Mário Azanha enfrenta nos quarto e quinto capítulos da sua tese. Algumas reflexões são desenvolvidas sobre vários pontos em discussão relativos ao estudo do cotidiano enquanto meio de supostas insignificâncias, mas também condição de possibilidade para o desvelamento da totalidade do social. São discutidas a vagueza e a ambigüidade do próprio conceito de "totalidade", quando aplicado à vida cotidiana, posto que não se trata da soma de partes justapostas, mas de um todo não-aditivo. Seria possível construir hipóteses explicativas ou formular leis gerais de uma formação social, a partir de micro-observações sobre o dia-a-dia dos seus componentes (indivíduos inscritos em grupos, categorias ou classes sociais)? Para responder a essa questão José Mário Azanha analisa as distinções entre as ciências da natureza (nomológicas) com os seus fenômenos regulares ou recorrentes a serem explicados, e as ciências humanas (idiográficas) com os seus eventos particulares ou singulares a serem sobretudo compreendidos. Se a explicação, como recurso metodológico, é analisada a partir dos procedimentos lógicos da indução e da dedução, a compreensão e o seu possível valor de verdade é considerada sob o signo da interpretação a ser formulada através de um conjunto de hipóteses. Confirmam-se, por

consequente, os impasses do positivismo, pois qualquer interpretação de fenômenos é indissociável de determinadas fronteiras teóricas, sejam elas mais largas ou estreitas. Os riscos e entraves da "pesquisa-ação" ou da pesquisa participante - cujas origens estariam nos estudos antropológicos de Malinowski - são também mencionados no quarto capítulo, pois aqueles que a exercem, movidos principalmente por ideais políticos e propósitos práticos, o fazem pela experiência direta no meio social e cotidiano dos grupos marginais ou oprimidos. Lembra José Mário Azanha que a intimidade e identificação empática entre pesquisadores e pesquisados podem ser mais gratificantes ou propícias a uma militância engajada nas lutas sociais, do que a uma mais atenta observação da complexidade do real. Um grave risco para esses e outros pesquisadores, "dialéticos" ou anti-positivistas confessos, seria recair, paradoxalmente, num positivismo "tosco e degenerado", conseqüência da *"prática que espertamente seleciona na realidade os dados que se ajustam e ilustram as teorias defendidas, desprezando-se sistematicamente os demais"* (p.82).

No penúltimo capítulo, o problema da totalidade, ou da relação entre as partes que compõem a vida cotidiana e o todo em que se inscreve o ser social, é investigado a partir de alguns pares correlatos de opostos: pequeno/grande, local/global, micro/macro, particular/universal - extensivos ainda a vários outros (concreto/abstrato, uno/múltiplo, individual/social, privado/público, etc.) Cada um desses pares revela importantes questões de ordem metodológica. Vale registrar aqui algumas delas. Referindo-se, por analogia, à passagem da física clássica para a física quântica - ou às investigações em torno de uma teoria do campo unificado - nosso autor assinala: resta *"saber se as leis que governam as coisas grandes podem realmente ser convertidas nas leis que governam as coisas pequenas"* (p.87). Interroga se as relações micro/macro na vida social seriam de continuidade, como na biologia, ou se existiriam rupturas demarcando as "propriedades emergentes" das totalidades, distintas das propriedades das suas partes; assim, importaria menos ressaltar os elementos componentes de um todo mas sobretudo as suas conexões. Analisando a polaridade particular/universal, José Mário critica a sua associação à oposição indução/dedução e algumas difundidas confusões conceituais são esclarecidas. O imprescindível uso do raciocínio indutivo demonstra que as certezas estritas, não podendo se estender a todos os domínios da ciência, cedem espaço às incertezas e probabilidades. Às ciências do homem, eminentemente probabilísticas, caberia averiguar a oposição entre o pequeno e o grande, o concreto e o abstrato ou o particular e o universal sem privilegiar uma face em detrimento da outra, com a atenção que pode reuni-las numa construção teórica, visando a apreensão da condição humana em sua dinâmica real.

Compreende-se, então, que a vida cotidiana, inerente ao acontecer histórico, formada de partes interligadas e não apenas sucessivas ou simultâneas, só pode ser apreendida quando uma ou mais dessas partes são distinguidas como reveladoras da sua totalidade. O todo, enquanto tal, é uma "ficção abstrata"; "ipso facto", não pode ser "pesquisado" mas também não pode ser relegado. Não é ausência mas presença latente ou realidade a ser subentendida. Não se tece um tapete sem uma concepção do conjunto de suas formas e cores, ou sem o necessário e paciente entrelaçamento de cada um dos seus fios. Do mesmo modo, se um "puzzle" não pode ser montado sem que se perca de vista o conjunto de uma paisagem, por exemplo, cada avanço é marcado pela atenção aos detalhes das formas e encaixes de suas peças. Num dado momento desse jogo, uma ou mais peças são decisivas para que o todo seja reconstituído. Existiriam regras possíveis para o bom jogador? Nenhuma poderia ser estipulada, a não ser a ordenação da sua percepção sensível, concentrada na reunião dos fragmentos dispersos. Além do mais, muitos caminhos e encruzilhadas iniciais seriam possíveis. Não seria muito diferente, nesse aspecto, o jogo da ciência e, por isso mesmo, em nenhum momento, José Mário Azanha se propõe a formular receitas metodológicas. Como ou quando um fragmento da vida cotidiana poderia ser reconhecido enquanto decisivo para a apreensão da sua totalidade? Uma via é sugerida para esse fim, através da noção de "fato social total" de Mauss, exemplificado pela prática do "potlatch" nas sociedades primitivas, e, "avant la lettre", pelo conceito de "mercadoria" em Marx, por serem referentes a fenômenos sociais que põem em relevo "a totalidade da sociedade e de suas instituições" (p.107). Não se pode deixar de assinalar ainda uma fundamental distinção em relação ao "puzzle": no jogo da ciência o todo não tem contornos delimitados e a sua visualização não é um dado prévio. Ele é, antes de tudo, suposição construída pela imaginação do investigador, no próprio exercício da sua atividade, e, além disso, não é fixo ou excludente, pois cumpre lembrar que *"qualquer conjunto de dados é compatível com uma pluralidade de hipóteses e não apenas com aquelas de que dispomos"* (p.114).

Na terceira e última parte, por "uma digressão quase metodológica", José Mário Azanha dá seguimento a um ponto focalizado desde o quarto capítulo, quando, então, nos prevenira: "não acreditamos que o acesso cognitivo à cotidianidade seja uma questão de busca e aplicação de uma metodologia adequada, pois "o êxito na investigação científica naquilo que ela tem de mais relevante, que é a criação de novas idéias (hipóteses, teorias, conceitos) é refratário a qualquer regulação garantidora de resultados". O avanço na ciência é portanto avesso ao cerco das regras pré-fixadas e *"embora a idéia de método científico repouse na esperança de que elas sejam formuláveis, toda evidência histórica é no*

*tos heurísticos auxiliam aqueles que deles são capazes de se aproveitar*" (pp.60-61). No capítulo final, como nos anteriores, uma única conclusão é firmada: nada pode substituir a sensibilidade ou a sagacidade do investigador para detectar o que no particular mais e melhor exprime a complexidade do todo - o exercício da ciência pode tanto prescindir de explicitações metodológicas quanto o raciocínio correto de um "prévio conhecimento das regras lógicas". (p.118). E, quase sempre, se não a quebra, pelo menos a reconstrução ou a superação das normas vigentes, mesmo à revelia de uma comunidade científica, torna-se a condição possível para um trabalho criador. Fazer ciência é, incansavelmente, reinventá-la e isso implica não apenas abordar o desconhecido, mas saber lidar com o inesperado. Para tanto o raciocínio por "abdução", analisado por Peirce, enquanto "processo de formação de uma hipótese explanatória", seria a única inferência lógica adequada à proposição de novas idéias ou tão somente à indicação do que "pode ser".

Terminada a leitura deste trabalho sentimo-nos, simultaneamente, saciados e famintos. Famintos de um atento estudo sobre a realidade e o cotidiano escolar com o qual, em breve, talvez o próprio José Mário Azanha venha a nos brindar. Privilegiados são todos os alunos de pós-graduação em pedagogia e ciências humanas que ainda não concluíram ou redigiram os seus trabalhos. Pelo menos esses terão a chance de melhor usufruir dessas valiosas reflexões, desenvolvidas ao longo de décadas de uma atividade profissional exemplar. Enfim, no empobrecido mundo cultural e acadêmico em que vivemos, não seria dado a qualquer uma experiência intelectual e pedagógica, plantar tais sementes para o desenvolvimento da pesquisa educacional. Esta resenha se estendeu mais do que o habitual, porém, se o deserto é vasto, devemos mais nos deter em seus oásis. Este não é o maior ou o único mas, sem sombra de dúvidas, é um dos mais férteis.

# REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ÓRGÃO OFICIAL DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO